

# O SILENCIAMENTO DA CAPOEIRA E O RACISMO RELIGIOSO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR (PARTE II)

DRA. PAULA CRISTINA DA COSTA SILVA

Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP  
Professora do Centro de Educação Física e Desportos da  
Universidade Federal do Espírito Santo – UFES

DRA. ANA CAROLINA CAPELLINI RIGONI

Doutora em Educação Física e Sociedade pela  
Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP  
Professora do Centro de Educação Física e Desportos da  
Universidade Federal do Espírito Santo – UFES

DR. GIULIANO PABLO ALMEIDA MENDONÇA

Doutor em Educação Física pela Universidade São Judas Tadeu – USJT  
Professor da Rede Estadual de Ensino do Estado da Bahia e  
da Rede Municipal de Ensino do Município de Jaguaquara – BA

DRA. ELIANA DE TOLEDO

Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC  
Docente e coordenadora do Curso de Ciências do Esporte da Faculdade de  
Ciências Aplicadas da Universidade Estadua de Campinas – FCA/UNICAMP

**Resumo** | Em continuação às reflexões acerca da Capoeira e seu silenciamento na escola por meio do racismo religioso, nesta segunda e última parte do texto buscamos apresentar as interrelações existentes entre a legislação educacional e o caráter laico da escola. Consideramos que o trato científico deste tema, elucidando seus mecanismos, tal como o racismo religioso, colabora para um movimento de resistência a este silenciamento, pois uma vez que se conhece o que ele é e como afeta a população afrodescendente e alimenta o preconceito com relação às manifestações de origem africana podemos defender com argumentos plausíveis o ensino da Capoeira, numa perspectiva cultural, histórica, legislativa e pedagógica.

**Palavras-chave** | Capoeira; Religião; Educação Física escolar

## THE SILENCING OF CAPOEIRA AND RELIGIOUS RACISM IN SCHOOL PHYSICAL EDUCATION CLASSES (PART II)

**Abstract** | Continuing the reflections on Capoeira and its silencing at school through religious racism, in this second and last part of the text, we seek to present the existing interrelationships between educational legislation and the lay character of the school. We consider that the scientific treatment of this topic, elucidating its mechanisms, such as religious racism, contributes to a movement of resistance to this silencing, because once we know what it is and how it affects the Afro-descendant population and feeds prejudice regarding to manifestations of African origin we can defend the teaching of Capoeira with plausible arguments, from a cultural, historical, legislative and pedagogical perspective.

**Keywords** | Capoeira; Religion; School Physical Education

## EL SILENCIAMIENTO DE LA CAPOEIRA Y EL RACISMO RELIGIOSO EN LAS CLASES DE EDUCACIÓN FÍSICA ESCOLAR (PARTE II)

**Resumen** | En continuación con las reflexiones sobre la Capoeira y su silenciamiento en la escuela a través del racismo religioso, en esta segunda y última parte del texto, buscamos presentar las interrelaciones existentes entre la legislación educativa y el carácter laico de la escuela. Consideramos que el tratamiento científico de este tema, explicando sus mecanismos, como el racismo religioso, contribuye a un movimiento de resistencia a este silenciamiento, porque una vez que sabemos qué es y cómo afecta a la población afrodescendiente y alimenta los prejuicios respecto a manifestaciones de origen africana podemos defender la enseñanza de la Capoeira con argumentos plausibles, desde una perspectiva cultural, histórica, legislativa y pedagógica.

**Palabras clave** | Capoeira; Religion; Educacion Física escolar

## CAPOEIRA NA ESCOLA: LAICIDADE E LEGISLAÇÃO

Pensar a educação como ato político é considerar seu papel na conscientização das parcelas desfavorecidas para que estas entendam seu lugar de oprimidas e se libertem (Freire, 1997). Numa sociedade que acumula séculos de desigualdade (social, racial, de gênero, entre outras), a escola pode desempenhar papel central na promoção da equidade. É

sua função não apenas romper com a cultura eurocêntrica, propagada historicamente, como promover ações afirmativas com vistas a diminuir as desigualdades e acabar com o racismo estrutural.

É nesta esteira que o movimento negro ressignificou o conceito de raça e advogou por seu uso político, produzindo debates em prol do reconhecimento da cultura africana na sociedade brasileira, denunciando atitudes racistas em contraponto ao mito da democracia racial. O reconhecimento da existência do racismo estrutural é fruto desta luta (Oliveira, 2017), e reverbera, inclusive, nos documentos oficiais como, por exemplo, nos Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1997) que reconhecem a sua existência na sociedade e no interior da escola. Mas, de fato, como aponta Gomes (2017), esta demanda educacional do movimento negro (desde os anos de 1980) só foi contemplada com a promulgação da Lei de número 10.639, em janeiro de 2003 (Brasil, 2004). O documento propõe “ações educativas de combate ao racismo e às discriminações” indicando a necessidade de a escola promover a igualdade cultural buscando valorizar a oralidade, a corporeidade e as manifestações artísticas com raízes africanas, não relegando esses conhecimentos em detrimento das ações de escrita e leitura.

Ao mencionar as dimensões da corporeidade e das manifestações artísticas a legislação oferece brechas para a compreensão de que a história e cultura afro-brasileira podem e devem ser trabalhadas nos componentes Educação Física (EF) e Artes. Tal debate se faz cada vez mais intenso no campo da EF<sup>1</sup> que, há tempos, vem tentando legitimar a Capoeira, seja como dança, luta, jogo, esporte ou, ainda, a partir de outros códigos que facilmente correspondem às abordagens críticas e progressistas da disciplina. Mais do que isso, o debate da Capoeira a partir de suas origens

---

1. Ver: 1º. Seminário Educação Física e Relações Étnico-Raciais no âmbito do CBCE/ CONBRACE (UFES, 2021; CBCE, 2021); Grupo OLIMPIAR, com a live Protagonismo Negro no Pós-abolição (2021), Manifesto do LAPEGI contra o preconceito étnico-racial no Esporte e na Sociedade (2021), e de forma mais artística, a coreografia de ginástica para todos do Grupo Ginástico Diamantina “Sobre cantos, prantos e encantos: a voz da África nos Vales das Gerais” (GGD, 2021).

históricas e culturais reforça a pertença da EF a área da Linguagem, consolidada na Bases Nacionais Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2017).

Ao utilizar a BNCC como referência é importante considerar as críticas feitas sobre o documento, como as de Freitas (2018), por seus princípios na meritocracia, negligenciando os direitos das classes trabalhadoras. Isto fica evidente quando temas como gênero, etnia e igualdade racial, que estavam presentes na primeira e segunda versão, ficam ausentes em sua versão definitiva.

Esta “neutralidade” da BNCC também foi criticada por Neira (2018), que aponta que, na eleição dos componentes curriculares a serem ministrados, percebe-se a ausência de uma abordagem crítica no que diz respeito à diversidade cultural e como esses conteúdos podem ser tratados na escola, evidenciando escolhas ideológicas, políticas, sociais e educacionais.

Como alerta Toledo (2020), é no mínimo desconcertante que um documento norteador de suma importância deixe de fora temas que são tão caros à EF brasileira há décadas. O seu trato pedagógico, na rotina da escola, parece estar enfrentando um retrocesso significativo. O avanço de movimentos religiosos conservadores sobre as pautas educacionais, por meio de falsas acusações como é o caso da “ideologia de gênero” e, ainda, de ações que visam mascarar a existência do racismo só comprovam que a ausência destes temas na BNCC é grave.

A Capoeira é um exemplo, pois na BNCC ela é tratada somente como uma luta, que deve ser abordada nos 1º e 2º anos e nos 5º e 7º anos, do ensino fundamental. O documento desconsidera tanto a pluralidade que sua concepção abarca como seus aspectos históricos, culturais, étnicos. Assim, na contramão de todos os avanços na legislação, ao longo das últimas décadas, incluindo a valorização da cultura afro-brasileira, a BNCC pouco avança nestas pautas.

A influência político ideológica, que vem ganhando espaço por meio da direita ultraconservadora, tem produzido efeitos sistemáticos na Educação e nas relações escolares, inclusive, na Capoeira. Mesmo já sendo defendida por ser considerada uma prática corporal com riqueza e importância histórica e cultural, é possível perceber uma resistência ao

seu ensino-aprendizado nas escolas, o que tem produzido uma espécie de silenciamento da Capoeira.

Barbosa (2013, p.8) afirma que: “entre as atividades físicas mais citadas pelos alunos como proibidas pelos líderes religiosos de serem vivenciadas estão a dança, as lutas, os jogos de tabuleiro e, principalmente, a capoeira”. Mendonça (2013), ao questionar os professores da rede de ensino público de Jequié/BA sobre o ensino da Capoeira na escola, relata as dificuldades encontradas para ministrar essa prática corporal, também devido ao preconceito religioso. Rigoni e Prodócimo (2013), em pesquisa com alunos evangélicos de uma escola pública em Campinas/SP, apontam para o número de limitações que as denominações evangélicas conservadoras impõem aos jovens em relação ao corpo e as práticas corporais da EF, incluindo a Capoeira. Silva (2009), também aponta dificuldades em ministrar a Capoeira nas aulas de EF para crianças do ensino fundamental 1, que tinham família evangélica. Já Silva e Silva (2009), constataram que 17% das respostas de alunos, indicava que a religião não permitia a realização dessas práticas, pois eram consideradas demoníacas; enquanto Pereira (2019), também evidencia que a Capoeira na escola tem sido rejeitada devido à presença de traços que a conectam com a religiosidade de matriz africana, sobretudo o candomblé e a umbanda.

Relatos e dados como estes têm sido cada vez mais comuns nas escolas brasileiras. Ao se negarem a participar de práticas como a Capoeira os alunos e pais utilizam a justificativa do direito à liberdade de crença. Parece haver, no entanto, uma confusão na interpretação deste direito, bem como do conceito de laicidade da escola. A escola não deve ser laica para que a religião não se faça presente, mas, pelo contrário, deve ser laica para que todos, com suas religiões (no plural), sejam respeitados.

Argumentamos, portanto, que não é o ensino da Capoeira que fere a laicidade da escola. É justamente o contrário. É a negação da Capoeira como fenômeno histórico e cultural, por conta de preconceito religioso, que contraria o princípio da escola laica. Tal concepção é similar a ideia da existência de um Ensino Religioso. Não é a existência de uma disciplina de Ensino Religioso que necessariamente fere o princípio de

laicidade. Os riscos estão na forma (tendenciosa ou não) como ela vai ser ministrada e por quem.

De acordo com o Observatório da Laicidade na Educação<sup>2</sup>, “o ensino é pautado pela atitude crítica diante do conhecimento, ou seja, não há conhecimento sagrado ou inquestionável”. A própria inserção do Ensino Religioso nas escolas, proposta na BNCC (Brasil, 2017), propõe que este seja produzido no âmbito das diferentes áreas do conhecimento científico das Ciências Humanas e Sociais, a partir de pressupostos éticos e científicos, sem privilégio de nenhuma crença ou convicção. Isso implica abordar esses conhecimentos com base nas diversas culturas e tradições religiosas, sem desconsiderar a existência de filosofias seculares de vida. Neste sentido, é justamente esta onda moralista<sup>3</sup>, que tem propulsão com a cristianização do congresso e a força da bancada religiosa (majoritariamente evangélica), que fere a laicidade do Estado e da escola.

Como já mencionamos, uma escola laica não é uma escola antir-religiosa ou composta por sujeitos ateus. O Estado e a escola laica são aqueles que, de maneira respeitosa, não interferem nas crenças dos outros e, menos ainda, tentam exercer uma posição de superioridade/subalteridade entre as religiões. A escola é (ou deveria ser) laica, justamente para garantir o direito à liberdade de crença, para garantir que nenhuma pessoa ou grupo religioso seja beneficiado e nem vítima de preconceito ou violência religiosa.

Neste sentido, não significa que a religião, como fenômeno histórico e cultural deva passar longe da escola, mas que a sua forma de abordagem deve acontecer levando-se em conta a história dos conhecimentos e dos costumes e, de forma alguma, ser usada como veículo de evangelização. É assim que a Capoeira pode ser tratada na escola. Abordar seus aspectos de religiosidade não significa ferir a liberdade de crença de nenhum aluno

---

2. <http://ole.uff.br/2019/05/30/o-que-e-a-escola-publica-laica/> (Acesso em 09/11/21).

3. Ver artigo de Ronaldo de Almeida, intitulado “A onda quebrada: evangélicos e conservadorismo” (2017). <https://www.scielo.br/j/cpa/a/Cr9ShrVJbCWsDHMrxTDm3wb/abstract/?lang=pt>

e nem fazer apologia as crenças tradicionais dos povos de terreiro, mas sinalizar sua importância no que diz respeito a constituição de um povo.

A Capoeira se articulou, em nosso país, por meio dos terreiros. Embora reprimidos, seus aspectos religiosos foram elementos fundamentais na constituição de uma sociabilidade negra e mestiça. Algumas dessas manifestações passaram a ser, inclusive, marcadores positivos de uma singularidade cultural brasileira, dentro e fora do país. Carvalho e Oro (2018), ressaltam que esta tentativa de afastamento da religiosidade, eliminando o rizomatismo do pensamento africano em prol de um pensamento mais universalista, faria com que a matriz afrocêntrica perdesse a intensidade, contrariando a luta histórica destes povos bem como toda legislação que já foi criada em prol dela.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao analisar o desenvolvimento da Capoeira no Brasil, percebemos um movimento que buscou sua legitimação como “cultura” e/ou esporte, negando e excluindo seus aspectos vinculados as religiosidades de matriz africana. Tal processo foi também uma estratégia para transformá-la em uma prática aceita pela elite do país. Por tudo isso que já explicitamos, a Capoeira praticada hoje é plural e multiétnica. Temos grupos que continuam negando sua relação intrínseca com a religião, considerando-a como um esporte/jogo/luta secularizado, assim como grupos que defendem a perspectiva ancestral e religiosa da prática, uma vez que desconectada dos aspectos religiosos ela fica esvaziada de sentido.

No que se refere à sua prática na escola e nas aulas de EF, o que fica evidente é que independente de ser concebida por seus aspectos esportivos e sem vínculos religiosos, a Capoeira sofre resistência por parte de grupos evangélicos. Esta tentativa de silenciamento da Capoeira, principalmente por esses grupos, é só uma faceta deste retrocesso histórico pelo qual passamos, fruto da emergência de fundamentalistas e de extrema direita no país.

A resistência evangélica, fortalecida nas últimas duas décadas, encontrou o ambiente favorável nos últimos anos, com o desmonte das polí-

ticas públicas afirmativas e a propagação de notícias falsas que incentivam a descrença na ciência e evidenciam o aumento da desigualdade social. Diante deste cenário, nós professores e pesquisadores, precisamos resistir. É papel da escola desconstruir visões negacionistas e preconceituosas, que visam calar grupos e práticas que já foram silenciados ao longo da história. Para isso temos como aliados: a legislação e a ciência (conhecimento racional), que mesmo diante das investidas conservadoras podem e devem ser usadas como argumentos pró-diversidade, pró-capoeira etc.

Partimos do pressuposto que a EF é um componente curricular que busca nas práticas corporais a sua base primordial, e que é papel do professor ampliar o olhar dos alunos para além de temas e modalidades esportivas pré-estabelecidas, ou já amplamente divulgadas pela mídia. Nesse sentido, o professor que se depara com a negação por parte dos alunos em participar de determinadas práticas corporais, pode e deve se valer do aparato legal, indicando temáticas a serem tratadas nas aulas. É fundamental que haja uma estratégia de intervenção pedagógica que motive a reflexão e seja capaz de contrapor esse discurso negacionista.

No caso específico da Capoeira, e toda sua riqueza, é primordial que esta seja apresentada em toda sua multiplicidade, pois é por intermédio do olhar mais abrangente para a Capoeira que conseguimos enxergar a nossa história, o modo como se constituíram nossas relações sociais, dentre outros aspectos.

Como uma prática corporal considerada patrimônio histórico imaterial ela pode e deve ser desenvolvida nas aulas de EF e todos os seus aspectos merecem ser tratados pedagogicamente, uma vez que a Capoeira faz parte não só da cultura e da história do povo negro, mas também de todo o povo brasileiro. Como conteúdo das aulas de EF, pode-se aproveitar toda sua multiplicidade, sua filosofia, sua forma de educar, de romper com as barreiras do preconceito, e seus diálogos possíveis com outras práticas corporais (Pasqua; Hess; Toledo, 2020), e com outros componentes curriculares da escola (Pasqua & Toledo, 2021). Seu tratamento pedagógico pode colaborar na formação de um cidadão atuante, crítico da/na sociedade.



Para isso, não podemos dissimular ou silenciar suas origens, seus aspectos religiosos, sua relação com a ancestralidade e com a luta contra o racismo. A Capoeira na escola não tem religião, mas a sua história tem e ela precisa ser respeitada. É urgente o reconhecimento das histórias dos povos negros, negligenciadas por séculos.

Além disso, fica evidente que retirar seu componente religioso, que hoje se configura como resistência “etnopolítica”, não só não garante a prática de todos (já que mesmo assim os evangélicos tendem a não participar) como descaracteriza a capoeira como conhecimento tradicional, reforçando seu processo de embranquecimento e esvaziando uma luta histórica contra o racismo estrutural.

Negar o aspecto religioso da Capoeira, defendendo uma visão exclusivamente esportivizada, vai contra a concepção de educação humanizadora que preza pela equidade e pela própria concepção de escola laica, que ao contrário de ser uma escola sem religião, precisa garantir que todas as religiões sejam respeitadas e aceitas. Neste sentido, devemos usar a legislação e a produção intelectual sobre o tema a nosso favor para combater este silenciamento que vem sendo imposto por grupos religiosos conservadores.

Como afirmam Ferreira e Rodrigues (2012), a Capoeira, em sua prática filosófica, é instrumento de cidadania, capaz de fazer de nossos corpos “alma e arma” de ressignificação política, social e cultural. Há uma potencialidade em pensar a Capoeira como linguagem, de modo que se negarmos os aspectos religiosos estaremos produzindo uma leitura de mundo enviesada, que anula e silencia as características de um povo, sua riqueza e diversidade que nos constituíram enquanto sociedade.

Por fim, para resistir a este silenciamento é preciso substituir as tentativas de repressão por possibilidades de expressão. É fundamental e urgente que nós docentes não sejamos instrumento de silenciamento, mas de luta por igualdade, respeito e diversidade cultural. Que em nossas práticas pedagógicas possamos valorizar os gestos, a ginga, o berimbau, os atabaques e os cantos que representam as memórias ancestrais da nossa história.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, R. **A interdição do corpo nas aulas de educação física: um estudo sobre os confrontos religiosos.** 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Educação, Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.** Brasília/DF: MEC/SEPPPIR, 2004.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em 20 dez. 2023.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais.** Brasília, MEC/SEF 1997.

CARVALHO, E. T.; ORO, A. P. Religiosidade e afrocentricidade na capoeira angola de Porto Alegre (RS). **Ciências Sociais**, São Leopoldo, n. 54, v. 1, p. 37-48, 2018. Disponível em: 93860389004.pdf (redalyc.org). Acesso em 07 jan. 2024.

FERREIRA, A. S.; RODRIGUES, A. P. A capoeira no Pará: tradição, fé e resistência no tripé de uma formação cidadã. **EFDportes**, Buenos Aires, v. 17, p. 1-1, 2012. Disponível em: A Capoeira no Pará: tradição, fé e resistência no tripé de uma formação cidadã (efdeportes.com). Acesso em 07 jan. 2024.

FREIRE, P. **Conscientização.** São Paulo: Cortez, 1997.

FREITAS, L. C. A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias. São Paulo: **Expressão Popular**, 2018.

GOMES, N. L. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação.** Petrópolis: Vozes, 2017.

MENDONÇA, G. P. A. **Capoeira na escola: análise e reflexões acerca de sua legitimação nas aulas de Educação Física das escolas estaduais da DIREC 13 – Jequié- Bahia.** 2013. Dissertação – (Mestrado em Educação Física) - Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, 2013.

NEIRA, M. G. Incoerências e inconsistências da BNCC de Educação Física. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte.** Brasília, v. 40, n. 3, p. 215 – 223, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.rbce.2018.04.001>. Acesso em 07 jan. 2023

OLIVEIRA, R. S. de. **A cor da fé: “identidade negra” e religião.** 2017. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

PASQUA, L. P. M.; HESS, C. M.; TOLEDO, E. Gingando com a ginástica para todos: aproximações e singularidades. **Corpoconsciência**, Cuiabá, v. 24, n. 1, p. 153-169, 2020. Disponível em: GINGANDO COM A GINÁSTICA PARA TODOS: APROXIMAÇÕES E SINGULARIDADES | Corpoconsciência (ufmt.br). Acesso em 07 jan. 2024.

PASQUA, L. de P. M. & TOLEDO, E. de. Diálogos entre a Capoeira e a Arte: sobre um corpo polissêmico. **Capoeira – Humanidades e Letras**, v. 7, n. 2, p. 77-92, 2021. Disponível em: <https://www.capoeirahumanidadeseletras.com.br/ojs-4.5/index.php/capoeira/article/view/371>. Acesso em 20 jun. 2023

PEREIRA, V. O. A capoeira e a escola: um olhar etnográfico. **Periferia**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 279-303, jan./abr. 2019. Disponível em: 552159357004.pdf (redalyc.org). Acesso em 07 jan. 2024.

RIGONI, A. C. C.; PRODÓCIMO, E. Corpo e religião: marcas da educação evangélica no corpo feminino. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Brasília, v. 35, n. 1, p. 227-243, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-32892013000100017>. Acesso em 07 jan. 2024.

SILVA, P. C. C. **O ensino-aprendizado da Capoeira nas aulas de educação física escolar.** 2009. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

SILVA, J. E.; SILVA, C. A. F. Educação física, folclore e religião: relações e interferências. **Revista da Educação Física**, Maringá, v. 20, n. 4, p. 555-567, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/reveducfis.v20i4.6323> Acesso em 07 jan. 2024.

TOLEDO, C. M. M. **A educação física na Base Nacional Comum Curricular: interpretações de um grupo de professores da escola pública.** Dissertação (Mestrado profissional em Educação Física), Centro de Educação Física e Desportos, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2020.

Contato autora principal:  
letpau13@gmail.com